

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Política

Quinta, 31 de outubro de 2013, 07h40

polêmica

Mauri sai e Lafeté assume a Secretaria de Saúde

Marcos Lemos, especial para o GD

Marcus Vaillant



Secretário de Saúde de MT, Mauri Rodrigues

Bastou o Governo do Estado conseguir uma decisão favorável no Tribunal de Justiça de Mato Grosso, assegurando o retorno do titular da Secretaria de Saúde, que havia sido afastado por julgado de 1ª Instância por descumprimento de ordem judicial, para que Mauri Rodrigues de Lima pedisse demissão em caráter irrevogável.

O médico cardiologista intensivista, Jorge Lafeté é o novo titular, mas só assume daqui alguns dias após conseguir tomar pé da situação da Secretaria de Saúde que viveu as últimas semanas de incerteza por causa dos recursos negados para a manutenção do titular do então titular da pasta.

A decisão que assegurou o retorno de Mauri ao cargo de secretário foi do desembargador José Zuquin Nogueira que alertou para os riscos do afastamento diante da necessidade da saúde pública. A presença de Mauri Rodrigues de Lima na Secretaria de Saúde do Estado sempre foi polêmica, já que ele assumiu em condição adversa e cheia de problemas como as excessivas decisões judiciais que através de liminares já consumiram mais de R\$ 125 milhões ou 10% do Orçamento Geral da Secretaria para todo o ano de 2013.

Os secretários, da Casa Civil, Pedro Nadaf e de Comunicação Social, Carlos Rayel, assinalaram que o governador Silval Barbosa (PMDB) reconheceu que Mauri Rodrigues de Lima deu uma grande contribuição a Saúde Pública de Mato Grosso ao assumir a função em momento delicado e com enormes obstáculos que foram aos poucos vencidos como o atraso nos repasses para os municípios e a questão das Organização Sociais de Saúde -OSS.

“O empenho de Mauri Rodrigues de Lima foi importante para Mato Grosso restabelecer sua política na saúde pública aonde existiam problemas como na Farmácia Popular”, disseram os secretários.

Mesmo estando demissionário, Mauri Rodrigues de Lima deverá permanecer no staff do governador Silval Barbosa, já que em administrações anteriores ele já havia participado de



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

outras funções como a presidência do Departamento de Trânsito de Mato Grosso - Detran/MT e como titular da Secretaria de Infraestrutura e Saúde do município de Sinop.

Acompanhe o GD também pelo Twitter: @portalgazeta

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Política

Quarta, 30 de outubro de 2013, 18h10
AFASTAMENTO DE MAURI

Desembargador diz que Silval é quem pode decidir se afasta ou não secretário

Welington Sabino, repórter do GD

João Vieira



Desembargador disse que afastamento de secretário pela Justiça desestabiliza gestão Silval e gera prejuízo à harmonia entre poderes

saúde aos municípios por parte do Estado. Esses repasses relativos a 2012 estavam em atraso e foram alvos de ações judiciais, questionamentos e até protestos de prefeitos. Depois disso, o governo do Estado firmou um acordo com junto à Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) se comprometendo a quitar todos os atrasos até dezembro deste ano. Mesmo assim, uma liminar foi proferida na ação determinando o afastamento de Mauri pelo fato de que os atrasos não foram sanados imediatamente.

Na decisão favorável ao governo do Estado para manter o secretário estadual de Saúde Mauri Rodrigues de Lima no cargo, o desembargador José Zuquim Nogueira, da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), disse que não cabe à Justiça mandar afastar o secretário que é o ordenador de despesas e sim que essa decisão fique a critério do governador Silval Barbosa (PMDB). No entendimento do desembargador, a interferência do Judiciário em ações do Executivo podem prejudicar a harmonia e independência entre os poderes.

Mauri Rodrigues é réu numa ação civil proposta pelo Ministério Público Estadual (MPE) por descumprir decisões liminares que obrigavam a regularização dos repasses da

Após a determinação para Mauri ser afastado do cargo, a Procuradoria-Geral do Estado ingressou com 2 pedidos de reconsideração que foram negados pelo presidente do TJ, desembargador Orlando Perri de Almeida. Dessa forma, a PGE ingressou com um agravo de



instrumento contra o Ministério Público e contra o Sindicato dos Médicos de Mato Grosso (Sindmed). E obteve êxito.

“Dessa forma, é de se concluir que, ainda que imbuído na melhor das intenções, o juiz não pode substituir a Administração Pública no exercício de alguns atos. Se é obrigação do Estado providenciar o repasse da verba à saúde pública e se o ordenador de não o faz, comprometendo, assim, a lisura da Administração e/ou violando princípios a que ela submete, caberá ao chefe do Executivo a verificação da necessidade de afastamento/substituição de seu secretário da respectiva pasta. O princípio da harmonia e independência entre os Poderes há de ser observado, ainda que, em tese, em ação civil pública, possa o Estado ser condenado à obrigação de fazer”.

Zuquim ressalta em sua decisão tem o julgador (no caso o juiz de 1ª instância que determinou o afastamento) outras maneiras eficazes para fazer cumprir a ordem liminar que mandara o secretário regularizar os repasses da saúde atrasados, “não se mostrando, reafirmo, a determinação do afastamento, a mais acertada, mesmo porque, não vejo como esta medida fará com que o repasse chegue, imediatamente, aos municípios, que, como dito, já estão recebendo a verba”, consta em outro trecho da decisão liminar do desembargador proferida nesta terça-feira (29).

O desembargador se mostra ainda preocupado com a gestão Silval Barbosa e as críticas sofridas em virtude do afastamento do secretário. “Avulta-se, realmente, no caso, o perigo em mora, a justificar a suspensão da medida, eis que o afastamento do secretário de saúde, além de desestabilizar a respectiva secretaria, ainda irá repercutir, negativamente na gestão, contrariando, o próprio objetivo da ação civil pública, que é efetivar o repasse aos Municípios. A verossimilhança se verifica no fato de que, conforme já salientado, a decisão estar sendo cumprida, e a verba reclamada devidamente destinada aos Municípios, de acordo com Decreto Estadual nº 1.455/2008 (que traçou normas para a transferência de recursos do Fundo Estadual da Saúde para os Fundos Municipais de Saúde)”, despachou o magistrado.

Procurado para comentar o assunto, o promotor de Justiça, Alexandre Guedes, que atua na promotoria de assuntos relativos à saúde pública, no Ministério Público, disse que ainda não teve acesso à decisão. Justificou que precisa ler todo o teor da decisão do desembargador para só então se posicionar sobre o entendimento do magistrado na ação.

Acompanhe o GD também pelo twitter: @portalgazeta



Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades

Quinta, 31 de outubro de 2013, 10h20
policlínica do planalto

Com interdição, pacientes devem buscar outras unidades

Gláucio Nogueira, repórter do GD

João Vieira



Com a Policlínica do Planalto interditada desde o último domingo (27), após os estragos causados pela chuva, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) implantou um plano emergencial para garantir o atendimento à população. A pasta aumentou o número de profissionais na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Morada do Ouro e em outras policlínicas.

Os pacientes que buscam o Planalto para atendimento estão sendo orientados a procurar outras unidades. Além disso, enfermeiros e uma ambulância estão sendo mantidos no local para prestar primeiros-socorros e transportar

pacientes graves.

Os casos de urgência e emergência estão sendo referenciados para as policlínicas do Coxipó, Verdão e Pascoal Ramos e UPA Morada do Ouro. De acordo com a SMS, o trabalho desempenhado tem surtido efeito e os pacientes estão sendo atendidos.

Nesta quinta-feira (31), a prefeitura deve receber orçamento de 3 empresas procuradas para a realização dos reparos. O Departamento de Obras da SMS verificou que a chuva causou danos no telhado, nas calhas, cumieiras e no forro de gesso da policlínica. Como há previsão de novos temporais, a unidade teve que ser interditada para garantir a segurança de pacientes e funcionários.

Os trabalhos de reparos dos danos preveem a retirada da cobertura, reposição e realinhamento do madeiramento, substituição das telhas, limpeza das calhas e desobstrução dos tubos de escoamento de água, além da recomposição do forro de gesso e pintura.

Acompanhe o GD também pelo Twitter: @portalgazeta



Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Quinta feira, 31 de outubro de 2013

Edição nº 13739 31/10/2013

TUBERCULOSE

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

Advogados e servidores usam máscaras nos presídios

ALECY ALVES

Da Reportagem

Advogados, servidores e familiares dos reeducandos estão apavorados com o alto índice de tuberculose em três das principais penitenciárias do Estado, sediadas em Cuiabá, que são a Central(PCE), CRC(Carumbé) e Feminina.

Há advogados e funcionários do sistema prisional condicionando o ingresso nos presídios ao uso de máscaras. Cerca de duas semanas atrás, dois funcionários do Sistema Prisional, que trabalharam na sede da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos(Sejudh) e fazem o controle de compra dos presídios foram diagnosticados com a doença.

O número de presos com a doença, conforme dados oficiais repassados há mês, já seria superior a 190, assim como o de agentes prisionais, 13. Advogado e professor universitários, Yann Dieggo de Sousa Almeida, 29 anos, que atua principalmente na área criminal, diz que não se sente totalmente protegido, nem mesmo usando máscara. Com dezenas de clientes atrás das grades, Almeida estima que pelo menos 30% deles são portadores de tuberculose.

Como faz visitas na PCE até duas vezes por semana, Yann Almeida entende que está diretamente ao bacilo causador da doença. Os casos da doença e o medo do contágio já viraram tema de debates e críticas contra o governo do Estado nas redes sociais.

Ao ver uma foto do colega advogado Yann Almeida usando máscara e informando que estava ido para o presídio, o professor Francisco Jawsnicker, 47 anos, reagiu: “ou pega a doença como eu”.

À reportagem, o professor contou que há cinco anos, em 2007, quando atuava no Núcleo de Prática Jurídica(NPJ), período em que fazia muitas visitas aos presídios, em especial ao PCE, foi diagnosticado com tuberculose.

Além de dar aulas e prestar assistência jurídica gratuita a presos como parte do ensino, Jawsnicker trabalhava como servidor do Tribunal de Justiça, na assessoria da desembargadora Shelma Lombardi.

Foi em um corredor do TJ que se sentiu mal, falta de ar ao ponto de não conseguir caminhar e febre alta. Dias depois recebeu o diagnóstico de tuberculose. “Não havia ninguém na família ou entre amigos com a doença, a única possibilidade é de contaminação durante presídio ou contato com presos”, completa.



Para o presidente do Sindicato dos Agentes Prisionais, João Batista Pereira, o número de casos é superior aos oficiais, mas ninguém sabe ao certo quantos.

Para o gerente de Saúde do Sistema Prisional, Osamo Delgado, não há razão para pânico. Ele diz que desconhece números diferentes dos oficiais. Indagado se, diante de seu posicionamento, poderia se dizer que a situação está tranquila, sobre controle, Delgado respondeu: “estamos fazendo o que foi preconizado”.

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

LIMINAR SUSPENSA

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

Mauri Rodrigues volta ao comando da SES

Secretário de saúde foi afastado do cargo devido aos débitos do governo do Estado com os municípios, que perduram desde 2012

RODRIGO VARGAS

Da Reportagem

Decisão do desembargador José Zuquim Nogueira suspendeu os efeitos da liminar que há vinte dias mantinha afastado do cargo o secretário estadual de Saúde, Mauri Rodrigues de Lima.

O magistrado aceitou o recurso proposto pela Procuradoria Geral do Estado por, segundo ele, considerar a medida “inútil” e “desproporcional”.

O afastamento do secretário havia sido determinado pelo juiz Aparecido Bertolucci, da Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular.

O motivo foi a demora na regularização dos repasses de verbas da saúde aos municípios, em atraso desde 2012, segundo ação proposta pelo Ministério Público.

À ocasião, Bertolucci disse considerar a pendência “injustificável”, principalmente diante do montante de recursos gastos com eventos como a Copa do Mundo que, em sua visão, seriam “insignificantes diante da vida e saúde da população”.

Ao suspender a decisão, o desembargador lembrou que muitas vezes “levantou a bandeira” em prol do “acesso à saúde”, mas com “adequação e proporcionalidade”.

“Para fazer cumprir as políticas públicas, defendo que esta interferência [do Judiciário] deva ser



Liminar expedida pela Justiça há 20 dias afastou Mauri Rodrigues do cargo de secretário



devidamente justificada, necessária, indispensável e comedida”.

De acordo com a decisão, o afastamento é um “ato extremo” que só se justificaria se tivesse como “consequência certa” a regularização nos repasses.

“Não vejo como esta medida fará com que o repasse chegue, imediatamente, aos municípios”, opinou o desembargador.

A decisão também menciona, em um trecho, o risco de “invasão nos atos privativos do Poder Executivo”.

“Ainda que imbuído da melhor das intenções, o juiz não pode substituir a Administração Pública no exercício de alguns atos. (...) O princípio da harmonia e independência entre os Poderes há de ser observado.”

No recurso, continuou Nogueira, a PGE encaminhou documentos para demonstrar que está “rigorosamente” em dia com 103 municípios e que irá regularizar todos os repasses com os demais até o próximo dia 20.

“Logo, motivo não há, quanto a este ponto, que justifique o afastamento do secretário de Saúde”.

Fonte: www.rdnews.com.br

[TODAS AS NOTÍCIAS](#) | [MAIS COMENTADAS](#)

[SAÚDE PÚBLICA](#) | 31/10/2013 - 13:19

PP comemora exoneração de Mauri; parlamentares repercutem decisão

Camila Cecílio

Foto: Rodinei Crescêncio

Deputado Ademir Brunetto vê medida paliativa

O presidente estadual do PP, deputado Ezequiel Fonseca, comemorou a saída de Mauri Rodrigues da Secretaria de Saúde. O secretário pediu exoneração do cargo ontem (30), mesmo dia em que conseguiu na Justiça o direito retornar ao comando da pasta. O parlamentar vê com entusiasmo a vinda do médico Jorge Lafetá para a SES e lembra que desde maio o partido – também representado na Assembleia pelo deputado Antônio Azambuja, presidente da Comissão de Saúde – defende a substituição. “Se tivesse feito isso naquele momento teria evitado todo esse desgaste”, afirma.



Nos últimos meses, o PP tem sido incisivo ao afirmar que a pasta deveria ser assumida por alguém com conhecimento técnico da causa, que é o caso de Lafetá. “Precisava de um técnico lá, até mesmo para o governador ficar tranquilo”, pontua. Por outro lado, o progressista não dispensa a observação de que o governador Silval Barbosa (PMDB) deve priorizar a saúde – o que, em sua opinião, não tem acontecido.

O deputado José Riva (PSD) também vê a chegada de Jorge Lafetá com bons olhos, já que considera o médico conceituado e capaz de fazer uma boa gestão. No entanto, garante que ninguém pode fazer milagres se não houver condições de trabalho. Para o social-democrata, desde o início da gestão o governo deveria ter buscado um profissional da área para comandar a secretaria. Além disso, acredita que pouco pode ser melhorado enquanto a saúde for administrada pelas Organizações Sociais de Saúde (OSS) em Mato Grosso.

Já o deputado Ademir Brunetto (PT), membro da Comissão de Saúde, acredita que Mauri Rodrigues recebeu orientações para deixar o cargo, principalmente pelo desgaste acumulado com o atraso nos repasses para os municípios. “Essa é mais umas das medidas paliativas desse governo, porque o problema não é pessoas. O governo tem que tomar vergonha e resolver os problemas da Saúde em todo o Estado”, dispara. Na avaliação do parlamentar, Mauri não conseguiu resolver os problemas da pasta por falta de condições.

Confirmado, Lafetá nomeia comissão para fazer raio X da Saúde

Fonte: www.rdnews.com.br

[TODAS AS NOTÍCIAS](#) | [MAIS COMENTADAS](#)

[Saúde](#) | 31/10/2013 - 09:13

Confirmado, Lafetá nomeia comissão para fazer raio X da Saúde

Glucia Colognesi

Convidado por Silval, Jorge Lafetá aceita assumir comando da secretaria de Saúde



O novo secretário estadual de Saúde Jorge Lafetá, já começou a transição com Mauri Rodrigues, que pediu a exoneração ontem (31) à noite, assim que conseguiu retornar ao cargo com aval da Justiça. Lafetá, que é cardiologista, adiantou ao **RDNews** que vai constituir uma comissão de técnicos para fazer um raio-X da pasta com o objetivo de avaliar as prioridades e tomar as medidas emergenciais. Na primeira conversa com o governador Silval Barbosa (PMDB), ele recebeu como recomendação a elaboração de um plano estratégico para sanar os problemas do setor.

Lafetá revelou ainda que não vai focar sua gestão em uma prioridade, seja na prevenção, no atendimento de baixa, média ou alta complexidade, mas pretende fazer uma gestão macro. “Todas as áreas da saúde tem a sua importância. Precisamos fazer uma ação para acabar com essa filas e também montar um plano estratégico para evitar que as pessoas entrem nas filas”, frisa.

O novo secretário pondera ainda que vai endurecer a fiscalização das OSS com melhoramento dos contratos, manter rígido controle da aquisição de medicamentos, sem esquecer de manter atenção especial nas unidades da Capital como o Aduato Botelho, o Cridac e o Hemocentro, por exemplo. Lafetá também diz que não pretende ampliar a parceria com essas organizações como já foi cogitado por outros gestores de levá-la para outras unidades de saúde, SAMU e pronto-socorros. Ele diz que ainda quer analisar se realmente funcionam aqui no Estado. Apesar da cautela em relação as OSS, ressalta que este modelo funciona em todo o Brasil e que inclusive Mato Grosso é o que menos tem contratos com OSS.

Como médico, Lafetá já tem experiência de gestão, foi diretor da extinta Fundação de Saúde de Várzea Grande (Fusvag), era secretário-adjunto da SES com responsabilidade de controle das OSS com quem o Estado tem parcerias para administrar os hospitais regionais. Além disso, é o cardiologista do próprio governador Silval, da família do ex-governador e hoje senador Blairo Maggi (PR) e do ex-prefeito de Várzea Grande Murilo Domingos.

Mauri não suporta desgaste e pede exoneração; Lafetá comanda Saúde

Fonte: www.rdnews.com.br

[TODAS AS NOTÍCIAS](#) | [MAIS COMENTADAS](#)

[PALÁCIO PAIAGUÁS](#) | 31/10/2013 - 07:43

Mauri não suporta desgaste e pede exoneração; Lafetá assume

Jacques Gosch



Silval convidou Jorge Lafetá para substituir Mauri no comando da Saúde

Mauri Rodrigues não suportou o desgaste e pediu exoneração da secretaria de Saúde ontem (30) à noite. O pedido foi apresentado ao governador Silval Barbosa (PMDB) logo após o Estado obter liminar no Tribunal de Justiça revertendo o afastamento determinado na 1ª instância por descumprimento de ordem judicial. Com isso, o médico Jorge Lafetá assume o comando da pasta.

O secretário estadual de Comunicação Carlos Rayel informou que Lafetá, que atualmente ocupa o cargo de coordenador da Comissão de Fiscalização das OSS na secretaria de Saúde, já aceitou o convite para substituir Mauri. A nomeação, entretanto, será publicada no Diário Oficial nos próximos dias, após um período de transição.

Rayel também informou que Silval reconhece a contribuição de Mauri, que enfrentou problemas graves na secretária de Saúde. “O governador respeita a decisão do secretário e agradece a correção de inúmeros problemas no período que esteve no comando da Saúde. O Mauri é um quadro técnico e certamente será aproveitado em outra área”, garantiu.

Os problemas que Rayel se refere são o excesso de decisões judiciais que já consumiram 10% do orçamento da pasta em 2013, atrasos no repasse dos recursos da Saúde aos municípios e o escândalo dos medicamentos vencidos na Farmácia de Alto Custo. Por fim, o episódio do afastamento por ordem judicial acabou determinando o pedido de exoneração.

Desembargador alega prejuízos e autoriza volta de Mauri à Saúde

Mauri, que foi nomeado em 24 de janeiro deste ano, é o 6º secretário da Saúde em dois anos e meio da gestão Silval Barbosa. O posto já foi ocupado por Kamil Fares, Augusto Amaral, Pedro Henry e Vander Fernandes. Os dois últimos também deixaram a pasta sob forte desgaste.

Cardiologista, Lafetá tem bom trânsito no meio político. Entre os pacientes estão o ex-prefeito de Várzea Grande Murilo Domingos, a ex-primeira-dama Terezinha Maggi e o próprio Silval.

Silval convida, Lafetá aceita e secretário de Saúde será substituído



Fonte: www.hipernoticias.com.br

Quinta, 31 de outubro de 2013, 09h46

Tamanho do texto A- A+

FIM DA ERA MAURI

Jorge Lafetá é o novo secretário de Saúde e deve assumir 2ª feira

Secretário era criticado por prefeitos, deputados e categoria médica

PAULO COELHO

O médico cardiologista Jorge Lafetá assume nos próximos dias a Secretaria de Estado de Saúde. Ele entra no lugar de Mauri Rodrigues, que pediu exoneração do cargo em meio a críticas e polêmicas desde o início do ano.

O novo secretário de Saúde de Mato Grosso, Jorge Lafetá, deverá assumir o cargo até a próxima segunda-feira (4). A previsão é do secretário de Comunicação do Estado, Carlos Rayel.

“O Mauri está vendo que não tem ambiente para continuar, mas ele cumpriu seu papel e seu trabalho deve ser respeitado e agora entra o Dr. Jorge Lafetá que tem uma conversa aberta com a classe médica, ou seja, também é um bom nome”, disse o líder do governo na Assembleia Legislativa, Jota Barreto (PR), ao apontar que confirmou a substituição com o secretário-chefe da Casa Civil, Pedro Nadaf.

Mauri Rodrigues pede pra sair, imediatamente após decisão da Justiça que garantiu o retorno dele ao comando da secretaria, de onde estava afastado por decisão de primeira instância, sob alegação de desobediência de decisão judicial por não repassar recursos para a saúde.

A Procuradoria Geral do Estado já havia tentado antes, na Justiça, o retorno de Mauri ao cargo, mas o pedido foi indeferido.

Ao **HiperNotícias** o secretário Rayel afirmou que o pedido de demissão de Mauri Rodrigues foi feito ao governador Silval Barbosa (PMDB) na noite de quarta-feira (30) e foi acatado de imediato.

DEMISSÃO

O chefe do Executivo aceitou sem hesitar e fez o convite a Lafetá para substituir Rodrigues, o que foi aceito de bate-pronto.

“Eles estão no processo de transição, deve ser rápido, pois ele (Lafetá) já está lá. O governador tem muita gratidão ao Mauri, que conseguiu dar jeito na maioria dos problemas, como a farmácia, as OSS e o repasse aos municípios”, afirmou Rayel.

O governo devia repasse de R\$ 46 milhões para os municípios. Metade foi paga no início deste semestre e outra parte tem previsão de ser quitada dia 28 de novembro.



(Atualizada às 11h19)

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Quinta feira, 31 de outubro de 2013 Edição nº 13739 31/10/2013

Deputados votam a favor do exame da 'linguinha'

AGÊNCIA BRASIL

A obrigatoriedade de os hospitais e maternidades fazerem o “teste da linguinha” para conferir se a criança tem a chamada língua presa depende agora da decisão de senadores. Deputados da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovaram há pouco a proposta de lei que torna o procedimento obrigatório.

O teste avalia o frênulo ou membrana da língua de bebês e recém-nascidos para verificar se existe qualquer problema, como um encurtamento, que possa dificultar a amamentação ou, posteriormente, a fala. O autor da proposta, deputado Onofre Santo Agostini (PSD-SC), explicou que o diagnóstico dessas alterações pode evitar consequências mais graves no desenvolvimento das crianças.

“O frênulo é uma pequena prega de membrana mucosa que conecta a língua ao assoalho da boca e que possibilita ou interfere na livre movimentação da língua dos bebês, causando o desmame precoce e baixo ganho de peso, comprometendo, dessa forma, o desenvolvimento dos bebês”, justificou.

Agostini lembrou que o comprometimento da movimentação da língua e das funções orais afetam a deglutição e podem prejudicar, depois, a mastigação e a fala.

Fonte: www.24horasnews.com.br

DEZ ANOS DEPOIS

30/10/2013 - 16:13:33

Agência Brasil

Bolsa Família reduziu desigualdade na educação e melhorou indicadores de saúde, diz ministra



Dez anos depois da criação do Bolsa Família, em 2003, estudos apontam que o programa melhorou indicadores de saúde e contribuiu para o empoderamento da mulher e o desenvolvimento regional, disse hoje (30) a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello.

Em cerimônia em comemoração aos dez anos do programa, a ministra destacou que a iniciativa foi decisiva para diminuir a desigualdade educacional no país, porque cresceu a proporção de crianças com 15 anos na série escolar adequada entre os 20% mais pobres. Segundo a ministra, a distância entre esse grupo e o restante da população caiu 37% no período. A frequência escolar é condição para a família receber o benefício.

De acordo com a ministra, 15 milhões de alunos são beneficiados pelo programa. Tereza Campello informou que a taxa de permanência das crianças do programa é maior em todos os períodos do ciclo escolar e o índice de aprovação dos alunos já alcançou a média nacional, tendo superado esse patamar no ensino médio. No Nordeste, por exemplo, a taxa de aprovação dos beneficiários está acima da média nacional em todo o ciclo escolar.

"O programa garantiu as crianças na escola, melhorou a taxa de aprovação e contribuiu para todo o sistema de ensino, reduzindo as desigualdades nas trajetórias educacionais", disse. "Pela primeira vez, temos um indicador social entre os mais pobres superior à média nacional", acrescentou.

Na área da saúde, ela destacou que a taxa de frequência das gestantes do Bolsa Família ao pré-natal é 50% superior em comparação a das não beneficiárias em condições semelhantes, o que contribuiu para a queda de 14% no índice de crianças prematuras. Além disso, 99,1% das crianças do programa são vacinadas. No período, os dados revelam, ainda segundo a ministra, que as mortes por diarreia caíram 46% e por desnutrição, 58%, nos municípios com alta cobertura.

"Esses estudos evidenciam que, no caso das crianças do Bolsa Família, os efeitos virtuosos se acumularam. A mãe fez pré-natal, se alimentou, o menino nasceu com peso adequado, forte, tomou as vacinas, foi acompanhado, comeu direito e venceu, ultrapassou uma barreira e está onde seus pais nunca estiveram. Aos 5 anos, está em condição similar à das demais crianças e pronta para entrar na escola", disse a ministra.

Atualmente, o programa atende a 13,8 milhões de famílias em todo o território nacional. "A redução da extrema pobreza no Brasil chegou a 89% na década", disse.

Um estudo apresentado este mês pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que o Bolsa Família também estimula a economia do país, por meio do consumo da camada mais pobre da população. Segundo o estudo, cada R\$ 1 investido no programa de transferência de renda provoca aumento de R\$ 1,78 no Produto Interno Bruto (PIB).

Presente à cerimônia, a moradora de Guaíba (RS), Odete Terezinha Dela Vachio, 45 anos, uma das beneficiárias, disse que o benefício ajuda na qualificação. "Ele ajuda as pessoas a se qualificarem. Tenho muitas mulheres amigas que seguiram esse caminho", disse, contando que trabalhava como auxiliar de produção em uma indústria. Com a qualificação profissional



obtida por meio dos cursos oferecidos pelo Brasil Sem Miséria, formou-se carpinteira e armadora de ferragens e trabalha, atualmente, em uma empresa de construção civil, ampliando a renda.

Fonte: www.odocumento.com.br

Cidades

Problemas no sistema de Saúde são responsáveis por morte nos partos em 2012

31/10/2013 - 10h03

A- A+

Da Redação

Em 2012, foram constatados em Mato Grosso 27 óbitos maternos. Desses, sete foram em Cuiabá. Ao todo, foram registrados 51.094 nascidos vivos em todo o Estado. As causas dos óbitos estão sendo discutidas nesta quarta e quinta-feira (30), no Fórum de Mobilização pela Redução da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal, no auditório das Promotorias de Justiça de Cuiabá.

Segundo a presidente do Comitê Estadual de Mortalidade Materna e Infantil de Mato Grosso, Eloá de Carvalho Lourenço, entre as deficiências constatadas estão o uso indiscriminado de cesarianas, ausência de leitos obstétricos, falhas na assistência pré-natal, entre outros. “É inconcebível haver morte em um momento de esperança, renovação e alegria, que é o nascimento de um bebê. Esse evento possibilitará a troca de experiências para que possamos adotar as providências necessárias para que surpresas desagradáveis não ocorram”, destacou.

O promotor de Justiça Alexandre de Matos Guedes, que atua na Defesa da Cidadania, informou que o Ministério Público vem acompanhando essa questão. Segundo ele, um inquérito instaurado em 2011 investigou as causas para o aumento do número de mortes ocorridas em neonatos, crianças com até um ano de idade. “Nesse período, as comissões que tratam da morte de neonatos foram reativadas e obtivemos uma redução de até 25% no índice dessas mortes”, disse o promotor de Justiça.

Guedes informou que o Ministério Público irá acompanhar, também, a mortalidade materna. “Estamos participando desse fórum e ao final veremos o que é possível fazer para revertermos este quadro. Um outro inquérito será instaurado”, adiantou.

Nesta quinta-feira, o Fórum começa às 8h e se estenderá até as 17h. De acordo com a



programação, serão realizadas rodas de conversa sobre experiências desenvolvidas em Cuiabá, implantação do Fórum Permanente Perinatal em MT, entre outros assuntos. O evento tem como objetivo promover discussões sobre a gravidade da mortalidade materna, infantil e fetal e sua repercussão no Sistema Único de Saúde (SUS) e na sociedade como um todo. Pretende-se, também, definir estratégias para a redução desses óbitos e assistência à criança e à mulher no ciclo gravídico-puerperal.

O público-alvo é formado por profissionais que atuam na área da saúde em geral, Ministério Público, gestores do sistema de saúde público e privado, universidade, sociedade civil e organizada envolvida com a temática da Redução da Mortalidade materna, infantil e fetal em MT.

Fonte: www.odocumento.com.br

Cidades

Policlínica do Planalto segue interdita e atendimento é transferido para UPA

31/10/2013 - 10h44

A- A+

Da Redação

Com a Policlínica do Planalto interdita desde o último domingo (27), após os estragos causados pela chuva, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) implantou um plano emergencial para garantir o atendimento à população. A pasta aumentou o número de profissionais na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Morada do Ouro e em outras policlínicas.

Os pacientes que buscam o Planalto para atendimento estão sendo orientados a procurar outras unidades. Além disso, enfermeiros e uma ambulância estão sendo mantidos no local para prestar primeiros-socorros e transportar pacientes graves.

Os casos de urgência e emergência estão sendo referenciados para as policlínicas do Coxipó, Verdão e Pascoal Ramos e UPA Morada do Ouro. De acordo com a SMS, o trabalho desempenhado tem surtido efeito e os pacientes estão sendo atendidos.

Nesta quinta-feira (31), a prefeitura deve receber orçamento de 3 empresas procuradas para a realização dos reparos. O Departamento de Obras da SMS verificou que a chuva causou danos no telhado, nas calhas, cumieiras e no forro de gesso da policlínica. Como há previsão de novos temporais, a unidade teve que ser interdita para garantir a segurança de pacientes e



funcionários.

Os trabalhos de reparos dos danos preveem a retirada da cobertura, reposição e realinhamento do madeiramento, substituição das telhas, limpeza das calhas e desobstrução dos tubos de escoamento de água, além da recomposição do forro de gesso e pintura.